



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 16ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, realizada no dia 30 de maio de 2017.

1

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, **sob a Presidência do Vereador Alexandre Bastos Rodrigues**, realizou-se a Décima Sexta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Oitava Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, a secretária procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1371, 1387, 1452 e 1482/2017 – Sebastião Gomes; 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1413, 1415, 1416, 1450 e 1451/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; 1383, 1384 e 1385/2017 – Delandi Pereira Macedo; 1386, 1419, 1420, 1476, 1477 e 1478/2017 – Edison Valentim Fassarella; 1388 e 1389/2017 – Alexon Soares Cipriano; 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1444, 1445, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457 e 1479/2017 – Sílvio Coelho Neto; 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1414, 1483, 1484, 1485 e 1486/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 1406 e 1418/2017 – Elio Carlos Silva de Miranda; 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442 e 1443/2017 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 1432, 1433, 1434, 1435 e 1436/2017 – Dario Silveira Filho; 1446, 1447, 1448, 1458, 1459, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472 e 1473/2017 – Alexandre Bastos Rodrigues; 1474 e 1475/2017 – Alexandre Andreza Macedo; 1480 e 1481/2017 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. **Requerimentos:** 365, 366, 367, 368, 369, 370, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414 e 415/2017 – Sílvio Coelho Neto; 371, 384, 385, 386 e 412/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381 e 382/2017 – Delandi Pereira Macedo; 383, 390, 403 e 404/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; 387/2017 – Higner Mansur; 388 e 389/2017 – Diogo Pereira Lube; 405/2017 – Delandi Pereira Macedo, Sílvio Coelho Neto, Sebastião Gomes e Paulo Sérgio de Almeida; 416/2017 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. **Ofícios:** 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33 e 34/2017 – Ministério da Educação; 467/2017 – Conselho Municipal de Saúde – Valdir Rodrigues Franco – Presidente; 468/2017 – PMCI – Victor da Silva Coelho – Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim; 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552 e 553/2017 – PMCI – Vander de Jesus Maciel – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 521/2017 – IPACI – Cleuzei Smarzaró Moreira – Presidente; 523/2017 – Associação de Moradores do Bairro Baiminas – Isaurino Moreira Farias – Presidente; 554 e 555/2017 – Procon – Marcos Cesário da Silva – Coordenador Executivo de Defesa do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consumidor. **Projetos de Lei:** 38/2017 – Mesa Diretora; 39/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; 40/2017 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usou a tribuna o Edil **Higner Mansur**: — Registra ter protocolado na Câmara denúncia quanto às ilegalidades perpetradas pela administração municipal e pelo IPACI, ambas anteriores a 2017. Cita ter afirmado na referida denúncia que, ao cobrir a responsabilidade do Município, fazendo aportes em imóveis ao IPACI, uma e outra administração (Prefeitura e IPACI), ofenderam a Resolução BACEN 3.922, de 25/11/2010, no artigo 9º, pelo qual as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social. Menciona que o parágrafo único do citado artigo estabelece que os imóveis de que trata o caput poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimento imobiliário, cujas cotas serão negociadas em ambiente de bolsa de valores. Frisa que a Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98, foi ofendida, sendo certo que na Resolução BACEN está o parâmetro da aceitação de bens imóveis que gerariam, não é o caso, duplamente, recursos para aposentadorias e pensões: Analisa que, pelo artigo 6º, fica facultado aos Municípios a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, ainda, o preceito do inciso IV, onde está que a aplicação de recursos é conforme o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Alerta que é preciso se atentar para o fato de que no próprio Decreto 25.834/2015, última pedalada, de transferência de imóvel da PMCI para o IPACI, consta o artigo 5º com expressa autorização autoconcedida pelo Município para direito de uso e exploração do terreno para efeito de aceite de aterro, pelo período de três anos; assim, conclui que, se fosse legal, só em 29/12/2018 teria o IPACI direito sobre a exploração impossível do imóvel, que é inundável. Salienta que a prefeitura cumpriu seu dever do ano de 2015, com efeitos só em 2018, o que considera pedalada. Prossegue ressaltando que ofendida também foi a Lei Orgânica de Cachoeiro, em seu artigo 26, onde se vê que as doações e concessões de direito de uso de bens imóveis municipais, somente admitidos por interesse públicos, dependerão de aprovação da Câmara Municipal, devendo constar, obrigatoriamente, do pedido de autorização, conforme inciso II, a descrição detalhada e avaliação do bem objeto da doação ou concessão. Enfatiza que, embora explicitamente invocado o artigo, no Decreto Municipal 25.834/15, último “considerando”, caput, que autorizou a transferência ao IPACI, há evidente ilegalidade, vez que, sendo decreto, não foi aprovado pela Câmara, nem poderia. Destaca que o artigo e inciso da Lei Orgânica são claros. Analisa que não houve lei autorizativa e, se tivesse havido, faltariam a descrição detalhada e a avaliação do bem objeto da doação. Alerta que tais pedaladas terão consequências funestas para o servidor municipal efetivo, haja vista os fatos que decorrerão da lei que criou o IPACI e da renitência dos governos municipais em promover concurso público, que é o mais criterioso método de democracia. Ressalta que a Lei Municipal 6.910, que criou o IPACI, em seu artigo 5º, dita que só serão segurados e contribuintes obrigatórios do instituto os servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Justifica que, verificando-se que nos últimos anos ocorreram poucos concursos públicos, são e serão poucos os novos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município. Conclui, dessa forma, que, como antigamente havia em maior parte concursos públicos, não se deve deixar de considerar que, ao lado da inexistente valorização do patrimônio do IPACI, haverá cada vez mais servidores se aposentando e cada vez menos servidores contribuindo, com evidente aumento do desequilíbrio econômico financeiro do instituto. Pontua que, segundo o artigo 23,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

além das contribuições previdenciárias previstas no artigo 15, ficam os entes referidos no artigo 5º responsáveis pela complementação do valor integral das correspondentes folhas de pagamento dos benefícios previdenciários, sempre que as reservas financeiras do RPPS forem insuficientes. Segue citando que, pelo parágrafo 2º, as insuficiências financeiras previstas no artigo 23 serão repassadas ao IPACI com antecedência mínima de setenta e duas horas, contadas da data estabelecida para o efetivo pagamento dos servidores ativos titulares de cargo efetivo dos respectivos Poderes, sob pena de responsabilidade funcional e, quando for o caso, denúncia ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. Aponta que criaram, na última administração municipal, situações ilegais, como aceitar esse monte de imóveis, que penalizarão as finanças futuras do Município, e apenas terão responsabilidade funcional e denúncia ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público os administradores que chegarem ao futuro, ou mesmo agora, sem culpa, exceto a que não é deles, ou seja, de encontrarem vazias as reservas do IPACI. Frisa que, ao retirarem valores do Executivo de forma desastrosa, os munícipes é que pagarão, vez que são esses os destinatários das receitas dos cofres municipais, através de obras e serviços essenciais. Cita que a existência desses dois artigos da Lei 6.910/13 seria normalmente aceitável, se o IPACI e a antiga administração municipal tivessem agido com diligência e respeito à coisa pública, o que, em seu entendimento, não foi o caso. Finaliza salientando que, por serem órgãos fiscalizadores em áreas diversas, esse documento e seus anexos estão sendo encaminhados para o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Ministério da Previdência Social, o Banco Central do Brasil, o Tribunal de Contas do Espírito Santo, o Tribunal de Contas da União, a Câmara e a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Higner Mansur**: — Inicia registrando que esteve ontem no CMU para ouvir sobre Plano de Contingência Municipal para Enfrentamento de Desastres, assunto que diz acompanhar bem antes de ser vereador nesta legislatura, dada a impressionante quantidade de vezes em que se decretava situações de calamidade pública em Cachoeiro. Frisa que está gravado em sua memória o desastre ambiental de São Vicente, no qual a montanha literalmente desceu. Diz que há grande possibilidade de esses desastres naturais se repetirem aqui, como levantado documental e fotograficamente pelo CPRM, no início de 2012. Registra que viu bons propósitos na reunião de ontem, ainda que mais teórica, com consideração favorável de que era dirigida a público interno. Acrescenta que foi a primeira vez que viu um executivo trazer à baila, à discussão, essas questões sérias, sem “papagaiadas”, como antes. Menciona que antes não se fazia nada, a não ser propaganda quando começava a chover, e que, sendo assim, a coisa está melhorando. Alerta aos colegas vereadores que essa matéria deveria merecer atenção redobrada da parte dos mesmos, pois, no seu entendimento e conhecimento, se um desses desastres previstos ocorrerem, haverá muitas mortes para lamentar. Aponta que os vereadores estão aqui para ajudar a acabar com essa situação perigosa para os cidadãos que moram, em maioria absoluta, na periferia e em situação de alto risco. Adianta que espera voltar à tribuna para novamente elogiar a presteza com que o Executivo tem investido no problema, e não para lamentar, em atitude hipócrita de chorar pelas mortes acontecidas que poderiam ter sido evitadas. Enfatiza que não quer mais receber resposta como a do último dia da administração passada, 30/12/2016, na qual se dizia que o Município de Cachoeiro não possui um plano pormenorizado de risco, que facilitaria identificação caso a caso em todos os setores de risco. Cita ter se surpreendido quando a servidora Flávia Toneto pediu que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

levantasse a mão alguém que conhecesse o material do CPRM, precisamente as vinte pranchas que anunciam as áreas problemáticas de Cachoeiro, no aspecto de desastres naturais, quando só ele e o Vereador Diogo levantaram. Segue parabenizando de qualquer forma e por todas as formas as servidoras e servidores que organizaram o evento, especialmente à Flávia Toneto, que lhe mandou, hoje cedo, uma mensagem, solicitando-lhe a gentileza de encaminhar um e-mail válido para que ela possa lhe mandar cópia do plano de contingência. Comenta que, além dele e do público executivo, estiveram lá os Vereadores Diogo Lube e Marvila. Dando continuidade, anuncia que caiu em suas mãos documento formalizado pelo MESSES – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo, fruto de sonhos realizáveis de alguns empresários, apresentado à cidade na semana passada. Relata que os documentos que lhe chegaram às mãos dão bem a visão do que Cachoeiro precisa. Acrescenta que, se precisa de mais ou não precisa de uma ou de outra coisa que está ali, o fato primordial é que há muito tempo Cachoeiro não traz à baila e à discussão documento importante factível, e não mero sonho de carochinha, advindo de incompetentes administrações públicas que destroçaram a economia e tudo no Município. Frisa que acredita que esse material piloto vai dar o que falar, principalmente se o prefeito atual não for passivo como o anterior. Segue enumerando os seguintes pontos abordados pelo MESSES, os quais considera factíveis e interessantes: usar mármore e granito de Cachoeiro nas obras públicas, a exemplo da Avenida Beira Rio; incentivar e fiscalizar a calçada cidadã, o que cita como uma mentira que a administração pública passada colou no cidadão cachoeirense; adequação dos aparelhos públicos para acesso dos deficientes; recuperação da Linha Vermelha; incentivo à criação de polo gastronômico; implementação de museu virtual do Município; exploração das jazidas de mármore e granito como atração turística, o que aponta como ridículo não ter sido explorado até hoje; desenvolvimento de incubadora de empresas; incentivo a feiras e eventos; implantação de escolas de tempo integral; criação de polo de fruticultura; estabelecimento de parcerias com os excelentes IFES e UFES; ocupar terrenos baldios com hortas; dar nova destinação ao mercado do Amarelo, que está próximo de completar 100 anos; revitalizar espaços da Ilha da Luz e da Ilha dos Meirelles; explorar a localização central de Cachoeiro no Sul do Espírito Santo, aproveitando, também, a proximidade da BR-101 na Safra e a proximidade com o futuro porto central de Presidente Kennedy; explorar as Rodovias do Caramba e do contorno da Rodovia do Frade, Tijuca e Timbó. Ressalta que o prefeito esteve na reunião e finaliza informando que está juntando elementos para falar sobre economia criativa e Cachoeiro de Itapemirim, uma das portas de saída digna para a cidade, tão rica de gente simples e empreendedora, mas muito mal explorada. / **Diogo Pereira Lube:** — Inicia agradecendo os presentes que recebeu dos colegas vereadores, destacando o livro sobre agricultura familiar, que lhe foi ofertado pelo Edil Fassarella. Diz que ele e o companheiro Higner Mansur estão sempre trocando livros e o agradece pelos presentes, especialmente por considerar que ler também é um exercício. Segue discorrendo sobre as notícias veiculadas nas mídias quanto à ação sanitária do Prefeito de São Paulo, o Dória, do PSDB, com vistas a destruir a cracolândia, usando força de segurança pública. Destaca que, infelizmente, tal ação não foi muito feliz, visto que não contou com um preparo específico junto à saúde pública nem se baseou em política pública. Frisa que, internacionalmente, essa decisão gerou mais uma visibilidade negativa para o Brasil, já que não se acredita que o usuário de crack deva ser tratado só como uma questão de polícia, e sim como um caso de saúde pública. Aponta que a ação de referido prefeito retomou um episódio ocorrido no Brasil no início do Século XX, que foi a revolta da vacina, ocasião em que, por

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

critérios sanitaristas, Osvaldo Cruz, na administração do Prefeito Pereira Paz, derrubou os cortiços do Rio de Janeiro. Enfatiza que Cachoeiro tem um problema também com o crack, razão pela qual fez um pedido de informação para saber que tipo de política pública há no Município para tratar isso. Reforça que pretende saber se existe uma política pública aliada à segurança e à saúde para tratar desses usuários que vivem nas ruas, ameaçando a população. Ressalta que, como são doentes, essas pessoas necessitam de um tratamento específico. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Classifica como importante o discurso do colega, concordando que houve, no referido caso, incitação à violência. Registra que o usuário de droga necessita de apoio, não pode ser tratado como um bandido, e que a ajuda a ele não deve ser imposta. Informa que em Cachoeiro há o CAPS, que trata dessas pessoas, trabalhando o atendimento sem recolhê-las. Lamenta que, muitas vezes, essas pessoas retornam para as ruas, e não se sabe se a continuidade do tratamento não acontece devido a não haver internação. / **Diogo Pereira Lube:** — Menciona que vai marcar uma reunião com o prefeito e o secretário para sugerir que seja buscada a ajuda das duas universidades de Cachoeiro que oferecem cursos de psicologia. Justifica sua sugestão, lembrando que os psicólogos são muito importantes no tratamento a longo prazo dos usuários de drogas. Diz que com uma atenção específica de segurança, com assistentes sociais e com as Secretarias de Desenvolvimento e de Saúde, pode-se pensar numa ação conjunta de tratamento, e não em uma internação compulsória, com destruição de cortiço e de cracolândia. Analisa que em São Paulo foi destruída uma cracolândia, mas outras vinte e cinco se formaram, visto que os usuários agora estão distribuídos em vinte cinco praças. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Menciona que está se formando uma cracolândia em Cachoeiro na região da antiga estação ferroviária e que inclusive um assessor seu o questionou sobre essa situação. Frisa que, dessa forma, gostaria de somar esforços com o colega vereador para estudar algo quanto a isso. Como membro efetivo que já foi do Conselho Municipal Antidrogas, afirma que são poucas as ações práticas que o Município tem feito para diminuir esse problema social. Enfatiza que muitas pessoas vão para o mundo das drogas por conta de problemas familiares. Recorda que o então governador Renato Casagrande criou um programa chamado Estado Presente, através do qual o Estado entraria com todo o aparato social, tentando mudar essa realidade. Reforça o entendimento de que o usuário não pode ser tratado como bandido, porque nem sempre está ali por querer, e sim devido ao vício, que o leva a cometer pequenos furtos, sendo necessário cortar o cordão umbilical que o prende a esse mundo e causa transtornos à família e à sociedade. Analisa que em São Paulo quiseram criar uma peça publicitária política, pois não é novidade para ninguém que o João Dória deseja ser candidato à presidência da República. Diz que não se preocuparam com aquelas pessoas, para saber de onde vieram e por que estavam naquele local. Segue registrando o seu desejo de somar esforços com o Vereador Diogo nessa que é uma bandeira nacional do seu Partido PROS. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece o apoio, destacando que é somando esforços que vão formar ideias. Comenta que a pesquisa de sua terceira pós-graduação foi sobre prostituição e crack, ocasião em que visitou várias cracolândias de Cachoeiro, onde garotas de programa se vendiam por qualquer coisa, o que, de acordo com Levi Strauss, promove a morte social. Diz que uma dessas garotas relatou ter chegado ao ponto de vender um filho por 50 reais, o que é a promoção de um estado de zumbi, de morte social realmente. Alerta que, se não se atentarem para isso, Cachoeiro terá um monte de cracolândia, como já se vê na estação, em um espaço do Bairro Valão, na Ilha da Luz, atrás da Churrascaria Rio Grande e em vários outros pontos. A seguir, parabeniza a prefeitura

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

municipal, especificamente a Defesa Civil, a Guarda Municipal e secretarias correspondentes pela promoção do evento de ontem sobre o plano de contenção de desastres. Registra que sugeriu que isso pudesse ser levado para as escolas, tendo em vista que principalmente as da periferia são pontos de risco. Dessa forma, conclui que, se os moradores souberem como se proteger, serão um aporte nas comunidades onde residem. Diz que já existe um projeto específico de extensão desse plano para as escolas. Como membro da Comissão de Direitos Humanos, faz menção ao evento onde foi apresentado o RAFA – Ronda de Apoio à Família, através da Guarda Civil Municipal, atendendo principalmente as mulheres vítimas de violência doméstica, com base na Lei Maria da Penha. Enfatiza que, apesar de em Cachoeiro a Delegacia da Mulher estar passando por uma série de dificuldades, sem ter como trabalhar esse tipo de violência, o Município está de parabéns por, através do Secretário Ruy Guedes, em conjunto com as Secretarias de Defesa Social e de Desenvolvimento Social, ter criado esse programa de conscientização e de ronda específica nas famílias mediante à violência no âmbito doméstico. Ressalta que esse tipo de violência é o mais difícil de administrar, porque, entre quatro paredes, pode ocorrer de forma sutil ou direta e quase não há denúncias por parte das mulheres agredidas. Encerra, frisando que é importante que tal programa seja divulgado nas escolas para que a sociedade fique atenta, especialmente considerando que o Espírito Santo é o Estado com o maior índice de violência contra a mulher, e a Serra é a primeira cidade quanto a isso no Brasil. / **Wallace Marvila Fernandes:** — Menciona que, como esteve na Secretaria de Esportes por muito tempo, teve o prazer de iniciar o Dia do Desafio, onde Cachoeiro concorre com outras cidades do Brasil e do exterior. Aponta que, nessa edição, Cachoeiro concorrerá com a Cidade de Falcón, na Venezuela, sendo enfocado o estímulo à prática da atividade física. Registra que Cachoeiro sempre que participou sagrou-se vencedor em atividades criadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Conta que, através da Secretária Lílian e do Coordenador Pablo Santos, haverá a Mega Zumba na Praça Jerônimo Monteiro, com um dia de muitas atividades em todas as escolas e nas Academias Max Fit, Atletas e Cia do Corpo. Acrescenta também que os núcleos de ginástica promoverão atividades nesse dia para motivar a terceira idade a participar. Segue comentando que visitou algumas unidades de saúde nas quais detectou problemas estruturais e de falta de médicos. Ressalta que, hoje, esteve com o secretário de Saúde, quando falou sobre esses problemas, e que a resposta foi que essas questões vão começar a ser resolvidas. Destaca que os postos não funcionam muito bem, já que, na maioria das vezes, as pessoas procuram atendimento médico, mas nem todos têm esse profissional disponível o tempo todo; então, elas acabam procurando a UPA, que atende vinte e quatro horas, sobrecarregando essa unidade. Diz que sugeriu ao secretário de Saúde que faça uma parceria com a Secretaria de Educação com vistas a promover uma campanha de conscientização sobre a finalidade dos postos de saúde e da UPA. Frisa que a equipe da UPA é muito boa, sendo necessário acertar apenas detalhes, e o secretário prometeu que isso será feito. Comenta que, depois da conversa com o secretário, ficou preocupado por ter tomado conhecimento que o valor pago ao médico em Cachoeiro por quarenta horas de trabalho é 5 mil e 300 reais, enquanto que nos Municípios vizinhos chega a 9, 10 até 11 mil reais, além de eles receberem também o tíquete. Finaliza refletindo que o governo precisa aumentar o salário dos médicos e de toda a equipe da área de saúde, pois, do contrário, esses profissionais irão trabalhar nos Municípios que pagam três vezes mais que Cachoeiro. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Inicia comentando sobre a parceria pública/privada sugerida por ele entre a Secretaria de Esporte e uma empresa do Conjunto Ruy

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pinto Bandeira para a reforma da quadra poliesportiva daquele bairro. Agradece a Secretária Lílian Siqueira e aos empresários Paulo Lamon e Welington Gama, proprietários da Loja Casa das Tintas, por essa parceria. Destaca que esses mesmos empresários estão ajudando na reforma do posto da Guarda Municipal que fica naquele trevo de acesso a Muqui que, equivocadamente, o Município ia demolir, mas, diante de uma intervenção dele junto com comerciantes da região, tal ação foi interrompida. Conta que o local está passando por reforma e será utilizado pela Guarda Municipal e também pela associação de moradores do bairro. Comenta sobre o problema de iluminação pública em Cachoeiro, destacando que existem vários pontos com lâmpadas quebradas e queimadas, sem contar a falta de braço de luz. Diz que propôs ao Secretário Paulo Miranda que fosse feito um estudo desses pontos para que sejam sanados os problemas de iluminação. Informa que fez uma indicação, solicitando que seja feita a ligação do cabeamento da iluminação pública na Rua Sebastião Amaral, que foi cortado quando a Escelsa desligou a energia de uma empresa que está fechada naquele local. Lembra que, ontem, na sessão solene, o presidente do Sindicato Patronal Rural, Wesley, falou sobre uma demanda referente ao valor do orçamento municipal investido no setor. Lembra que, segundo foi dito pelo Wesley, o setor rural traz anualmente para os cofres do Município 25 milhões de reais, e o preocupante é que recebe de volta apenas 400, 500 mil reais de investimento. Salienta que o setor produz muito para o Município e sofre devido à falta de estradas e políticas de incentivo à prática rural. Solicita o apoio dos vereadores para que o valor a ser investido no setor rural, produtor de alimento e vida, seja aumentado no próximo orçamento, de maneira a que possam ser desenvolvidas novas tecnologias na área, ampliando a produção. / **Aparteando Sílvio Coelho Neto:** — Registra que só as duas granjas do Distrito de Conduru emitem por volta de 70 milhões de reais em notas anualmente, fora o que dão as lavouras de café e a atividade com bois. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Agradece a contribuição do colega e ressalta que, desde o início do mandato, tem buscado construir algumas condições junto à Secretaria de Educação para conseguir a antecipação do recurso do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é federal, como incentivo para ampliação e qualificação da merenda escolar no Município, com a compra direta dos produtores através da Cooperativa da Agricultura Familiar de Cachoeiro. Justifica que isso ajudaria a agricultura familiar a efetuar a sua venda para a merenda escolar em março ou abril. Cita que a burocracia tem dificultado todo o trâmite do processo de licitação para que os agricultores, através da cooperativa, vendam seus produtos para o setor de educação. Segue destacando que, até liberarem o processo de licitação, os produtos podem estragar, fazendo com que os produtores percam dinheiro. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Diz que o orçamento da Secretaria de Agricultura, além de atender a esse setor e o interior, é usado para fazer a manutenção dos caminhões e do maquinário. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Acrescenta a isso o pagamento de pessoal. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Registra que foi informado que tudo isso é feito pela Secretaria de Transporte, e não pela de Interior. Pontua que o orçamento de 400 mil reais não foi elaborado pelo atual prefeito, e sim pela gestão anterior. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Agradece ao colega por tocar nesse assunto, dando-lhe condições de conchamar os vereadores para analisarem bem o orçamento do ano que vem, uma vez que o de 2017 foi aprovado na legislatura passada. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Conta que, embora saiba que realmente o orçamento não tenha sido feito pela atual administração, na verdade todos os prefeitos que passaram por Cachoeiro nunca se preocuparam com a agricultura e com o pessoal do interior. Informa que foi gerente em 2004,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

na época do ex-prefeito Valadão, e também foi secretário de Interior, de 2009 a 2012, no governo de Casteglione, quando havia 350 mil reais de orçamento para a secretaria; porém, quando chegava ao mês de abril ou maio, o prefeito já tinha jogado esse recurso para outra pasta. Salienta que muitas vezes precisou usar o pronto pagamento, no valor de 1 mil reais, para comprar pneu e outras coisas ou até retirava dinheiro do próprio bolso para consertar as máquinas da prefeitura, com vistas a atender o povo do interior. Frisa que gostou da fala do Wesley ontem e também de ver o colega Elio levantando essa bandeira, inclusive concorda que seja aumentado o orçamento do ano que vem para a Secretaria de Agricultura e Interior, de maneira a que o povo seja melhor atendido com estradas e tenha condição de escoar suas mercadorias. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Reportando-se ao Vereador Delandi, esclarece que de forma alguma teve a intenção de criticar o atual governo, até porque sabe que o orçamento foi uma herança da gestão anterior. Justifica que a sua fala foi no sentido de que podem melhorar isso com os recursos e com a propositura ao Poder Executivo de mudança no orçamento, injetando um pouco mais de gás na área rural. Segue mencionando que foi convidado por algumas lideranças para visitar Córrego dos Monos e conhecer os problemas locais, os quais o levaram a apresentar indicação quanto àquela comunidade. Lembra que Córrego dos Monos contava com a representação do ex-vereador Luisinho Tereré até o final do ano passado, mas, como ele não conseguiu se reeleger, o distrito ficou abandonado. Cita que solicitou do secretário da SEMSUR a limpeza e a capina naquele distrito e também, através da Secretaria de Obras, o patrolamento do Loteamento Nicolau. Ressalta que a limpeza do distrito deve começar ainda esta semana ou no máximo na próxima; porém, pontua que estão enfrentando alguns problemas quanto ao saibro. Prossegue o seu discurso, informando que a prefeitura comprou vinte mil metros cúbicos de saibro de Santa Fé, mas que, quando o secretário foi buscar o material, o dono lhe mostrou uma pedreira e o mandou retirá-lo, ficando um impasse. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Cita que foi à Secretaria de Interior hoje e soube que foi feita uma parceria com a Prefeitura de Atílio Vivácqua, a qual cedeu o saibro para atender à região de Córrego dos Monos. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Agradece ao Prefeito de Atílio Vivácqua, o Almir Barros, e menciona que também já conseguiu retirar algumas viagens de saibro de lá, até com veículo próprio, para colocar em várias ruas dos Bairros Rui Pinto Bandeira e Boa Vista, as quais estavam intransitáveis. Finaliza a sua fala, agradecendo também ao Vereador Fassarella por tê-lo presenteado com dois livros importantes: “Estratégia de acesso ao mercado para a agricultura familiar” e “Mulheres e a agroecologia no interior”. / **Sílvio Coelho Neto:** — Começa o seu discurso registrando que ontem teve uma reunião com o prefeito, a Secretária Márcia e o Secretário Felipe, diante da oferta de um imóvel em Conduru, de propriedade do Sr. Clóvis de Barros, em comodato com a prefeitura, por tempo indeterminado. Acrescenta que tal imóvel possui dois pavimentos, sendo que em um já estão instalados onze computadores para ser implantado um curso gratuito de computação, inclusive salienta que estão buscando parceria com o IFES para que haja o diploma. Segue citando que no pavimento de baixo será implantado curso de corte e costura e de artesanato, inicialmente com trinta e seis vagas. Agradece ao prefeito e aos dois secretários pela iniciativa e também ao Sr. Clóvis pela parceria. Faz agradecimentos também à Secretaria de Interior pelo patrolamento de todas as estradas de Conduru e diz acreditar que a questão do saibro seja devido à falta de caminhão para transportá-lo, visto que há várias parcerias com saibreiras legalizadas, inclusive cita que já repassou isso ao Subsecretário Waldimar e informará também ao secretário de Agricultura. Agradece ainda ao secretário de Obras e ao

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

Subsecretário Tubarão pela reposição de uma grelha no Bairro Monte Cristo, a qual havia sido retirada pelo governo anterior, o que levou ao alagamento de toda a rua na primeira chuva. Agradece também à citada secretaria pelo serviço de tapa buraco na Rodovia do Valão. Continua o seu pronunciamento, registrando que, em parceria com alguns vereadores, conversou com o Deputado Estadual Ferraço sobre a situação do setor de saúde em Cachoeiro, buscando uma saída pelo menos para amenizar o problema. Menciona que a APAE possui uma Van para fazer o transporte dos alunos, mas que esse veículo se encontra em uma oficina para a feitura do motor, serviço esse orçado em 30 mil reais. Diante disso, diz que estão buscando entendimento com o Governo Municipal, o qual tenta achar um meio legal para solucionar esse problema. Aproveita o momento para dizer que também levou essa demanda a Theodorico Ferraço, o qual o autorizou a fazer um pedido de 30 mil reais de emenda parlamentar, mas que o citado deputado não se lembrava mais de que já havia feito uma emenda, no valor de 20 mil reais, para a APAE. Então, pontua que fez tal pedido de emenda ao Deputado Federal Ricardo Ferraço. Por fim, pede o apoio de todos os colegas para ajudarem aquela instituição, que presta um serviço relevante no Município. / **Brás Zagotto:** — Inicia o seu discurso, agradecendo ao secretário de Limpeza Pública e sua equipe pelo trabalho realizado, no domingo, no Bairro Vila Rica. Acrescenta que houve uma mudança na programação de horário da prefeitura, que agora passa a ser doze por trinta e seis horas, e isso fará com que alguns servidores trabalhem todos os dias, embora ele, Brás, reconheça que nem assim vão conseguir limpar toda a cidade. Salienta que fizeram uma parceria com a associação de moradores do bairro, sendo oferecido almoço para aqueles servidores, os quais trabalharam lá das 7:00 às 19:00 horas. Lembra que sempre falou da tribuna da Câmara sobre aquele local em São Joaquim onde se joga entulho, o qual fica muito distante, gastando-se mais pneus e óleo. Segue informando que, no final do governo de Casteglione, conseguiu fazer uma ponte, usando quatro vigas retiradas daquela em frente ao Liceu. Ressalta que tal ponte dá acesso a um local perto da Caxu Diesel, o qual serve para fazer um bota-fora do Município, visto que os entulhos são jogados na beira das ruas, e a prefeitura não dá conta de fazer essa limpeza. Registra que o proprietário licenciou toda a área junto ao Meio Ambiente e, dentro de dez, quinze dias, haverá um bota-fora em Cachoeiro, inclusive cita que a prefeitura fará essa divulgação. Deixa claro que o bota-fora é para entulho, e não para o lixo que pode ser recolhido pelo carro durante a semana. Agradece ao ex-prefeito Casteglione pelo projeto e também ao atual, o Victor, que agora será o pai da criança, já que o Município de Cachoeiro precisa urgentemente de um bota-fora. Com relação ao discurso do Vereador Elio Carlos, lembra que, no final do governo passado, foi aprovado um projeto, autorizando o prefeito a comprar uma área de terra no Bairro Village, com vistas a fazer um novo cemitério, o que também não resolverá o problema do Município. Pontua que não há vaga em cemitério nenhum de Cachoeiro e registra que o ex-prefeito comprou aquela área horrível e pequena, sendo apenas três mil metros quadrados, investindo lá e fazendo o muro de arrimo. Informa que, além de a população se posicionar contra isso, se o cemitério for inaugurado, dentro de no máximo um ano, as vagas estarão esgotadas. Repete que o local é muito pequeno e analisa que a escolha do mesmo foi feita sem planejamento, pois não resolverá o problema do Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Diz que cabe levantar algumas questões, como a legalidade do licenciamento do cemitério do Bairro Village, o qual pressupõe que será inaugurado, e também quanto a todo o processo, desrespeitando as normativas do Conselho Nacional de Meio Ambiente. / **Brás Zagotto:** — Ressalta que os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

vereadores seguraram por mais de um ano para que aquele projeto não fosse aprovado na Câmara. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Informa que o governo anterior conseguiu esses documentos descumprindo toda a legislação, inclusive diz que o atual prefeito e o secretário de Meio Ambiente devem anunciar publicamente para a comunidade que aquele cemitério não entrará em funcionamento. Registra que aquela é uma área remanescente do loteamento, sendo do Município. / **Brás Zagotto:** — Diz tratar-se de uma área verde, a qual serve para construir escola, praça ou outra coisa. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Segue mencionando que o Município não tem necessidade de comprar um novo terreno, pois existe a Fazenda Monte Líbano, cuja área pertence ao povo capixaba, sendo patrimônio do Governo Estadual. Assim, diz que o Município, dentro das normas ambientais e do Plano Diretor, pode solicitar ao Estado uma parte dela para a implantação de um novo cemitério. Reconhece a necessidade de instalação de um novo cemitério não só na sede do Município como também em vários distritos. / **Brás Zagotto:** — Cita que já falou sobre aquela área de Monte Líbano, a qual tem cinquenta alqueires, inclusive sugeriu que fosse feita uma parceria entre o Estado e o Município, sendo cedida uma parte para ser implantado um cemitério. Repete que não há vagas nos cemitérios de Cachoeiro, acrescentando que os corredores das quadras também estão sendo usados como local para sepultamento, estando tudo tomado com covas. Finaliza o seu pronunciamento, pontuando que os cemitérios estão agregados à SEMSUR e que, segundo o Secretário Paulo Miranda, a prefeitura está comprando pequenas áreas próximas aos cemitérios do Coronel Borges e do Aeroporto, o que ele, Brás, acredita que também não resolverá o problema, caindo no mesmo erro da administração passada, visto que não há como crescer naqueles locais devido às casas já existentes lá. / **Renata Sabra Baião**
Fiório Nascimento: — Inicia dizendo que todos estão muito cabisbaixos diante da crise, mas que, com a Exposul, a Feira do Comércio, a Feira do Mármore em Vitória em Cachoeiro e o MESSES, a sociedade civil tem ganhado uma expertise enorme. Destaca que os vereadores, representantes dessa população que está fazendo a diferença, devem juntar as mãos com essas locomotivas do desenvolvimento, não sendo cargas, e sim carvão para alimentá-las. Reconhece que um dos papéis do vereador é fazer indicações, sendo uma das consequências desse trabalho a fiscalização da inoperância do sistema. Cita que a população enxerga nos vereadores alguma capacidade e esperança; por isso, solicita a feitura das indicações. Comenta que a presidência da Câmara tem dado uma resposta eficiente às solicitações feitas pelos vereadores para a melhoria dos serviços internos. Segue afirmando que tudo passa pela educação, e a escola é uma ferramenta que pode ajudar em vários pontos. Nesse sentido, frisa que participou de uma palestra na escola de seus filhos, quando a escolarização foi apontada como parte da educação, que é um todo muito mais complexo. Esclarece que a escola colabora na educação, mas a responsabilidade de educar é da família. Diz-se feliz ao ver a Guarda Municipal se importando com as famílias e que elas têm participado do Domingo na Praça e de outras atividades desenvolvidas no Município. Ressalta que realizou uma audiência pública sobre a simplificação da legislação de Cachoeiro e que os representantes do MESSES a solicitaram a entrega, a cada vereador, da gravação das palestras proferidas, o que será feito agora. Registra que está estudando algumas leis e pedirá ao presidente que seja formada uma comissão para analisar a legislação. Pede que os vereadores não percam a responsabilidade de legisladores e “deslegisladores” também, porque, às vezes, há lei contra lei e lei que atrapalha lei. Destaca que, se for realizada uma análise mais detida, como está sendo feito com relação ao projeto do rotativo, as leis sairão daqui sem vícios ou cacoetes e não onerarão os cofres do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Judiciário para serem consideradas inconstitucionais, servindo sim de ferramenta para o crescimento do Município. Salaria que, hoje, participou de um curso profissionalizante para cozinheiros e donos de restaurantes, realizado pela Vigilância Sanitária, e diz que ficou feliz ao ver o auditório da ACISCI cheio e também porque a prefeitura está chamando para si a responsabilidade de providenciar que seja servida boa comida nos estabelecimentos do Município. Finaliza convidando os vereadores para o evento do dia 23/06, às 14:00 horas, na Exposul, ocasião em que se discutirá sobre o orçamento para o setor de agricultura, pauta levantada aqui pelo Vereador Carlinhos Miranda. / **Delandi Pereira Macedo:** — Começa dizendo que amanhã, 01/06, é o Dia Mundial Sem Tabaco e lamenta que o Vereador Brás não esteja presente, pois poderia aderir ao que propõe essa data. Lembra que o Vereador Diogo falou sobre as drogas e diz que o vício é um problema seríssimo, já que muitas pessoas não conseguem abandoná-lo e, por conta disso, padecem. Segue concordando com os Vereadores Sílvia e Wallace, que comentaram sobre a saúde pública em Cachoeiro. Analisa que, talvez, hoje, a Secretaria de Saúde seja uma das que estão sendo mais criticadas, porque existe um gargalo nesse setor em todo o Brasil. Destaca que a situação socioeconômica e a economia desaquecida influenciam nos recursos arrecadados/aplicados. Registra que Cachoeiro está sofrendo economicamente devido ao esvaziamento de empresas e comércios e que, por isso, a dificuldade bate à porta da prefeitura. Explica que não está defendendo da prefeitura, já que cada ente, seja municipal, estadual ou federal, deve fazer o seu dever de casa; porém, ressalta que, se não for feita uma reforma da distribuição do que é arrecadado, já que isso está se dando de forma corrupta por aqueles que estão no poder, a população sofrerá com a falta de médico, de medicamentos e de outras coisas mais. Cita que, há poucos dias, os vereadores foram convidados para uma reunião na Santa Casa, quando foi observada a dificuldade que os hospitais filantrópicos estão enfrentando. Menciona que, muitas vezes, coloca-se a culpa no Município por essa dificuldade e dizem que o prefeito não cuida da saúde e os vereadores não cobram, quando esse problema é nacional até por conta da distribuição dos recursos que não chegam aqui. Reclama que uma das maiores vergonhas existentes no Brasil é a tabela do SUS, sem reajuste há mais de vinte anos; assim, os hospitais que realizam procedimentos pelo sistema recebem valores muito defasados, devido à inflação acumulada. Alerta que, a qualquer momento, a Santa Casa poderá fechar o pronto-socorro e comenta que, se isso ocorrer, será um caos em Cachoeiro e no Sul do Estado. Relata que viu uma reportagem sobre o Hospital Infantil que está na mesma situação da Santa Casa, porque os recursos encaminhados para o pronto-atendimento infantil não são suficientes. Frisa que pessoas não procuram o pronto-atendimento infantil nas unidades básicas de saúde, o que deveria ocorrer, e sim vão direto para o Hospital Infantil, fazendo com que haja superlotação naquela entidade, ocasionando toda essa reclamação. Enfatiza que, em breve, Cachoeiro viverá um caos verdadeiro no setor de saúde. Conta que recebeu a ligação de uma pessoa cujo filho estava passando mal na porta do Hospital Infantil e havia apenas um médico de plantão, o qual saiu para almoçar, sendo o atendimento paralisado. Avalia que, talvez, só haja um médico de plantão porque não há recurso para contratar outro. Conclui que, se não houver um trabalho em conjunto para dar sustentação ao Hospital Evangélico, à Santa Casa e ao Hospital Infantil, o Município entrará num caos nessa área em pouco tempo. Informa que a Santa Casa está devendo mais de 70 milhões de reais, valor esse astronômico, e daqui a pouco não suportará mais esse peso. Pede o apoio dos vereadores para debater mais sobre esse assunto e também convida os representantes desses hospitais para virem à Câmara. Segue dizendo que os vereadores precisam dar uma

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

resposta à população, posicionando-se em circunstâncias adversas como essa e também chamando a atenção do Governo do Estado, responsável pelo corte da verba para essa região. Indaga sobre a responsabilidade do governador quanto aos investimentos nos hospitais do Sul do Estado. Diante disso, pontua que os hospitais pedem ajuda aos vereadores para que a prefeitura lhes encaminhe recursos, de maneira a poderem dar uma “balebada” nas dívidas. Acrescenta que é preciso chamar a atenção também dos dez deputados federais e dos três senadores capixabas para cobrar investimentos da parte do Governo Federal, entendendo que o maior problema da saúde pública, talvez, não sejam os equipamentos, e sim o custeio dos hospitais. Cita que o secretário municipal tem pouco recurso e não pode pagar um salário satisfatório aos médicos, e isso faz com que os órgãos públicos sejam criticados pela população, que quer resultados e merece dignidade quando busca atendimento de saúde. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Ressalta que, quando da visita do Secretário Luiz Carlos Bindaco à obra da unidade de saúde do Bairro Coramara, a qual já tem 91% pronta, o questionou com relação aos exames de média e alta complexidade, os quais sabe que são de responsabilidade do Governo Estadual. Concorde com o Vereador Delandi quando fala do governador, que mora em Vitória, já que a população só vê o secretário Municipal de Saúde e deposita nele uma responsabilidade que não lhe cabe. Explica que o Município apenas recebe, regula e insere no sistema todos os exames de baixa, média e alta complexidade. Pontua que na verdade existe a prioridade da prioridade e cita como exemplo os deficientes físicos, que precisam pelo menos uma vez a cada seis MESSSES fazer exames dos rins e de todos os órgãos internos para ver como eles estão funcionando. Segue informando que recebeu hoje em seu gabinete o menino Elizeu, uma criança linda, e se lembrou do exame que a família dele está pleiteando há praticamente seis MESSSES, o qual o Governo do Estado, através da Superintendência Regional de Saúde, ainda não tomou providência. Analisa que o Governo Estadual não está atento a isso, inclusive diz que, se houvesse a liberação de mais cotas desses exames, os próprios hospitais poderiam realizá-los, captando recursos dentro dessa prestação de serviço junto ao Governo do Espírito Santo. Conclui que o governador se esqueceu de Cachoeiro e do Sul do Estado. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Corroborar com a fala do Vereador Delandi e diz que não tem adjetivos para qualificar a atitude do Município, que há quatro MESSSES não repassa a verba ao Hospital Infantil pelos serviços que já foram prestados. Registra que isso se dá porque a prefeitura sempre quer uma prestação de contas diferente, inclusive agora pede que o Infantil comprove o pagamento de funcionários, água, luz e telefone, além de outras exigências, o que a leva a refletir que estão querendo manter o dinheiro nos cofres do Município para fazer algum número qualquer em detrimento do funcionamento do hospital. Lembra que ontem a Câmara homenageou o Winston Roberto e que ele lhe disse que não há mais o que mostrar, a não ser que anexe a foto de cada criança que é atendida lá. Assim, considera tal atitude um acinte por parte do Município, visto que a contratualização foi feita até o mês de maio, o contrato vai acabar e começará uma nova negociação sem que os serviços prestados desde janeiro sejam pagos. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta se a vereadora está dizendo que a prefeitura não repassa o dinheiro ao Hospital Infantil desde janeiro. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Afirma que sim e salienta que na audiência é preciso saber por que o Município está exigindo essa excessiva prestação de contas. Conclui que isso pode estar acontecendo por picardia, e não por cautela. Pontua que o hospital, talvez, não esteja precisando de mais dinheiro, e sim do dinheiro pelos serviços já prestados. Repete que é preciso saber como está esse relacionamento

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13

do repasse do Município para o hospital. Quanto às instituições de longa permanência, como asilos de idosos, registra que o dinheiro vem da secretaria estadual para os cofres do Município, o qual está demorando de três a quatro MESSES para repassar uma verba que nem é dele. / **Delandi Pereira Macedo:** — Avalia que a burocracia tem travado muito as coisas, sendo um problema sério. Informa que a Santa Casa paga só de juros por mês 600 mil reais, sendo 7 milhões e 200 mil reais/ano; portanto, entende que, se não for feita alguma coisa para reverter essa situação, daqui a pouco, a população vai ouvir péssimas notícias em relação aos hospitais do Município. Segue destacando que qualquer movimento voltado ao desenvolvimento da região é fundamental; contudo, cita que gostaria que o MESSES – Movimento Empresarial do Sul do Espírito Santo – fosse mais envolvido com a Câmara de Vereadores. Registra que é vereador por quase cinco anos e que só ouviu falar desse movimento, mas que nunca foi procurado por ele para debater mais sobre alguns assuntos. Parabeniza a Vereadora Renata pelo excelente trabalho quanto à simplificação das leis do Município, que é um ponto importantíssimo para o desenvolvimento de Cachoeiro. Lembra que já foi secretário de Meio Ambiente e sabe das dificuldades que o empresário enfrenta para dar andamento a seus projetos quando não tem ninguém que lhe dê uma injeção para que as coisas saiam imediatamente, de maneira a que possa dar sequência em seu empreendimento, inclusive menciona que algumas propostas ficam paradas por MESSES e até anos dentro das secretarias do Município. Conclui que simplificação é a palavra-chave e isso precisa ser debatido mesmo. Segue dizendo que gostaria de conhecer um pouco mais dos projetos do MESSES e até faz o convite para que eles venham à Câmara falar com os vereadores, a não ser que não exista nenhum caminho que possa passar pelo Legislativo. Pede desculpas ao Higner e cita que espera que o caminho seja realmente através do colega e da Vereadora Renata, até para que esse movimento se aproxime mais da Câmara. / **Aparteando Higner Mansur:** — Diz que também não foi convidado, mas que conhece algumas pessoas do MESSES, embora não conheça esse movimento como instituição. Ressalta que a sua crônica desta semana para a Revista Sete Dias e para o Jornal O Fato tem o seguinte título: “MESSES mostra a cara”. Enfatiza que não acredita em muito blabláblá, mas que ficou encantado com a simplicidade das propostas apresentadas por esse movimento. Pontua que há empreendedores que precisam apenas de um empurrão e de apoio e aproveita as palavras do colega para dizer que os vereadores também não estão indo até essas pessoas. Repete que não foi convidado, mas que foi atrás e achou tudo ótimo por se tratar de coisas simples. Registra que passará às mãos do colega uma cópia do material que tem para que possam estreitar essa relação. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Esclarece que não tem informações privilegiadas sobre o MESSES, mas que ouviu falar desse movimento há uns três anos, quando ela e o Bessa faziam parte do Conselho do PDM; assim, foi atrás para saber do que se tratava. Quanto à reunião, diz que havia um convite, o qual ela repassou ao grupo de vereadores, inclusive ressalta que o colega Brás também participou dela. Salienta que existe a Lei Nacional do Micro e Pequeno Empreendedor, que é justamente para manicures, boleiras e outros empreendedores se tornarem autônomos sem precisar ter um comércio estabelecido; porém, em Cachoeiro, é preciso ter um ponto comercial para se tornar MEI – Microempreendedor Individual. Acrescenta que isso descaracteriza toda a concepção de facilitador de um projeto de crescimento profissional de quem quer ser autônomo, mas contribuir e emitir nota fiscal de prestação de serviço. Cita que em Cachoeiro a legislação é pitoresca, pois não é possível ser um MEI sem alvará ambiental nem cadastro comercial. /

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14

Aparteando Brás Zagotto: — Informa que foi à reunião porque viu o convite no grupo dos vereadores e que gostou muito de saber que todos os projetos deles já passaram pela Câmara, sendo discutidos no CPDM e no Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Salienta que foi dito lá que eles querem fazer parceria com a prefeitura, inclusive falaram sobre calçadas, calçadão de comércio, de cem pontos de ônibus em locais estratégicos, de ciclovias e de outras coisas, estando tudo dentro do já referido Plano de Mobilidade Urbana. Concorda com o Vereador Delandi quanto a essas pessoas virem à Câmara para discutirem esses e outros assuntos com os vereadores. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que não tem dúvida nenhuma quanto à importância desse movimento, apenas acha que eles poderiam ser parceiros da Câmara. Como vereador, ressalta que nunca recebeu informações ou convite dessa instituição e que acha importante somar à experiência deles, até porque o que estão solicitando é algo que já passou pelo Legislativo. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Informa que eles pegam o que foi debatido e aprovado na Câmara e cobram a execução. / **Delandi Pereira Macedo:** — Reforça o seu desejo de ouvi-los e de ver uma parceria deles com a Câmara, o que enriquecerá muito os debates. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Sugere que o vereador ligue para eles e lhes ofereça um café da manhã. / **Delandi Pereira Macedo:** — Encerra o seu pronunciamento, dizendo que fará um convite para que eles venham à Câmara em dia de sessão. / **Alexon Soares Cipriano:** — Começa a sua fala, informando que esteve, a convite da comunidade de Coutinho, visitando a escola estadual daquele distrito, a qual está em processo de municipalização. Segue destacando que o mandatário do Estado, que é o Governador Paulo Hartung, o qual chama de Baianinho, cujo nome consta da lista da Odebrecht, está entregando ao Município essa escola toda depredada e sem condições de uso. Salienta que estudam lá noventa crianças, sendo que a escola está sem diretor, sem orientador pedagógico e sem coordenador, e que essa situação gerou um abaixo-assinado, o qual ele recebeu e também a Superintendente Celeida. Cita que os funcionários estão sendo coagidos para tomar conta de crianças de primeiro ao quinto ano na hora do recreio. Diz que, segundo a superintendente, se não houvesse a municipalização, as crianças teriam que ser colocadas num ônibus e encaminhadas para estudar na Escola Petronilha Vidigal, em Itaoca. Classifica isso como um desrespeito para com os moradores de Coutinho. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Destaca que a escola estadual de Burarama vive situação idêntica e que está em processo de municipalização de uma de suas partes. Frisa que a creche que havia sido construída, lamentavelmente, está condenada pela Defesa Civil. Aponta, portanto, que se trata de dinheiro público jogado fora, enquanto as crianças estão estudando em um espaço improvisado. Com isso, pontua que a escola estadual teve que dividir competências com o Município até que se conclua a municipalização. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Diz que, se não se engana, a escola de Coutinho também será municipalizada, porque uma parte é estadual e outra municipal, sendo a previsão para que isso se concretize também em Burarama é de trinta dias. / **Alexon Soares Cipriano:** — Frisa que a informação é correta, mas salienta que o alerta que está fazendo diz respeito ao repasse à municipalidade por parte do Estado de um prédio caindo aos pedaços. Aponta ainda que o Município não tem orçamento este ano para assumir mais essa escola, caso a municipalização aconteça no segundo semestre. Enfatiza que o Município recebe recursos, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de acordo com o número de alunos matriculados em sua rede. Considerando isso tudo, conclui que o Município pegará mais um problema e aponta que, em se tratando de uma comunidade carente de atenção dos Governos Estadual e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

Municipal, de forma nenhuma a escola poderia ser fechada. Reforça o seu entendimento de que o Estado deveria entregar à prefeitura a escola reformada e frisa que pediu apoio quanto a isso ao Deputado Josias da Vitória. Segue registrando que se surpreendeu com a declaração de um secretário do Baianinho, conforme divulgado pelo jornal, dando conta de que o Estado está com um superávit de 323 milhões de reais no primeiro quadrimestre. Indaga como, diante disso, pode estar faltando verba para a reforma de escola e para o setor de saúde. Lamenta o que classifica como cara de pau do governador enviar seu secretário à Assembleia Legislativa com esse tipo de prestação de contas. Adianta que, no ano que vem, o governador chegará a Cachoeiro com um pacote de benesses, como se o povo do Sul do Estado fosse da roça e pudesse ser enrolado. Deixa claro que o povo é do interior, mas não é capiau e diz que dessa realidade o governador, nascido em Guaçuí, parece ter se esquecido. Segue reclamando que a tiragem de Carteira de Identidade continua do mesmo jeito, assim como o serviço 190, entra ano e sai ano, permanece na Grande Vitória. Diante da falta dinheiro na Santa Casa, no Hospital Evangélico e no Infantil e também para a reforma da escola de Coutinho, contesta o anúncio do superávit. Continua o seu pronunciamento, corroborando com a fala do Vereador Delandi quanto à falta de cobrança por parte das lideranças do Sul do Estado. Ressalta que quem era oposição virou situação e quem era situação virou oposição, enquanto que o Sul do Estado permanece com o problema de falta de recursos. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Diz que, segundo lhe informou a secretária de Educação, há cinco escolas com previsão de reforma e que a de Coutinho, assim que for municipalizada, será incluída nessa lista. Aponta que as janelas estão quebradas e há ainda a necessidade de se fazer a pintura externa e interna. Quanto à escola de Burarama, informa que a secretária disse que a mesma se encontra em bom estado, mas, sendo preciso, no próximo ano, receberá uma nova pintura. / **Alexon Soares Cipriano:** — Indaga se quem fará a reforma será o Estado ou o Município. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Responde que será o Município. / **Alexon Soares Cipriano:** — Frisa que é para isso que está alertando. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes:** — Argumenta que o Município terá a adesão de um prédio que não era seu, e isso representará um ônus. / **Alexon Soares Cipriano:** — Enfatiza que é fácil o Governo do Estado empurrar os problemas para o Município, como está acontecendo em várias situações. Repete como exemplo o setor de tiragem de Carteira de Identidade e a questão do 190 que continua em Vitória, confundindo Bairro Boa Vista com Bela Vista, enquanto que a população do Sul do Estado sofre. Reafirma a sua intenção de continuar a usar a tribuna para cobrar, seja do Governo do Estado, do Município ou do Federal e até mesmo da sociedade civil organizada, para que de fato Cachoeiro de Itapemirim seja inserido no mapa do Espírito Santo. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Pergunta o que a comunidade está reivindicando no citado abaixo-assinado. / **Alexon Soares Cipriano:** — Informa que está sendo solicitada a instalação de aparelho de ar condicionado nas salas, adaptação da sala de vídeo com cadeiras adequadas, troca das portas que estão praticamente todas quebradas, troca dos vidros e dos armários, que nem maçaneta possuem, colocação de grades tanto na sala de vídeo como na cozinha, substituição de grades e de portão para evitar fugas e dar maior proteção física à escola, reforma da calçada, pintura e reparos. Finaliza registrando que ainda há uma caixa de gordura na calçada, representando risco de uma criança ou de um adulto quebrar uma perna e até causar um acidente maior. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Começa registrando que teve a felicidade de conseguir, junto à Polícia Civil e ao Serrinha, realizar o desejo da moradora do Bairro Monte Cristo, mãe do menino Lucas Caetano, que em março morreu afogado na Praia

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da Cruz, em Marataízes. Lembra que com tristeza os familiares acompanharam o resgate demorado do corpo, com o alerta de que poderia demorar anos e anos e ainda não ter solução. Diz que foi até o Serrinha e pediu orientação, recebendo dele o contato do Danilo Baiense, Superintendente Estadual, que se prontificou a acabar com o sofrimento, realizando o desejo daquela senhora de, no mês das mães, conseguir enterrar o corpo do filho. Frisa que, com o empenho do Serrinha e dos moradores do bairro sensibilizados com a situação da família, que é humilde, o enterro foi realizado mesmo com a pendência de alguns documentos. Segue discorrendo sobre o MESSSES, destacando que foi convidado por um empresário de Cachoeiro, o Amarildo Parmanhane, para conhecer o planejamento e pôde ver a simplicidade do mesmo, que aponta, por exemplo, o afastamento de um poste de iluminação e daquela pedra solta como solução para o problema do afunilamento do trânsito que ocorre antes do Posto Souza. Menciona que isso garantiria a continuidade das duas faixas da Avenida Jones dos Santos Neves, permitindo mais fluidez ao trânsito. Diz que o planejamento apresentado por esses empresários contribuirá muito para Cachoeiro. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Cita que o local ao qual o companheiro se referiu é aquele onde fica uma bomba da Citágua e que lá pode ser aberta uma segunda pista, subindo. Acrescenta que, logo depois, há o contorno em frente à Igreja São Francisco de Assis, local onde é constante o tombamento de carreta, porque o negócio foi malfeito. Destaca que, como há um terreno mais para frente, foi sugerido fazer um retorno lá. Esclarece que o terreno vago fica depois do posto e que isso permitiria sair da Avenida Jones dos Santos Neves para pegar a Linha Vermelha. Enfatiza que a proposta deles é boa e já está no plano de mobilidade urbana. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que também foi interessante terem apontado a questão daquela caminhonete que fica em frente ao Supermercado Casagrande, com abacaxis ou bandeiras, atrapalhando a passagem na calçada. Acrescenta que, apesar da dificuldade de emprego, de fato aquelas caminhonetes devem sair daquele local, visto que a cidade precisa melhorar no que se refere à mobilidade. Assim, conclui que bastará tirar as duas caminhonetes e aumentar a calçada para melhorar o trânsito de pedestres. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Ainda sobre o trânsito da Avenida Jones dos Santos Neves, aponta que, em frente a Hyundai Veículos, naquele ponto de ônibus desativado, próximo ao Mundo das Tintas, é fácil fazer um contorno com a Linha Vermelha, o que consumirá apenas um dia de serviço da prefeitura, utilizando um pá carregadeira. Frisa que colocou essa sugestão para eles analisarem, por ser algo rápido, barato e que resolverá parte do problema do trânsito de Cachoeiro. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Quanto ao serviço de Defesa Social da prefeitura, diz que foi informado que o Magalhães é o responsável pela reformulação daquele trevo de acesso ao IBC. Registra que já existe projeto pronto nesse sentido e que pretende perguntar ao secretário de Desenvolvimento Urbano como está o processo, visto que, segundo lhe foi dito, falta apenas um topógrafo da prefeitura concluir o levantamento. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Quanto à calçada próxima ao Casagrande, diz que é preciso pensar, além do embelezamento da cidade, na mobilidade. Pontua que a citada calçada tem obstáculos que inviabilizam o uso da mesma pelos deficientes. Salaria que tem quase certeza de que aquela caminhonete e a peruinha não possuem alvará. Confirma o que foi dito pelo colega, destacando que lá e em vários outros locais da cidade a mobilidade está prejudicada. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Cita que, apesar de ser preciso pensar na questão da crise, deve-se considerar que aquelas pessoas vêm de fora e estão ocasionando esse tipo de problema no Município. Continuando, discorre sobre a indicação que fez quanto ao ponto de ônibus do Guandu, onde o meio-fio é rente ao asfalto, já tendo ocorrido

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

lá o atropelamento de uma senhora. Frisa que é preciso fazer um planejamento para melhorar o local, aumentando o meio-fio para dar aos pedestres mais segurança. Lembra que a Vereadora Renata fez um comentário sobre o MEI – Microempreendedor Individual, alegando que é preciso haver um local para a instalação. Argumenta que, apesar de concordar em termos com a colega, na realidade é muito burocrático ser um MEI em Cachoeiro e que o local nem seria necessário. Cita como exemplo os sacoleiros que precisam assinar um termo e reconhecer firma em cartório, pois, dessa forma, não é necessário ter o local para a empresa funcionar, sendo que o mesmo acontece com as cabelereiras que prestam serviço fora. Finaliza alertando que o excesso de burocracia nesse sentido deveria ser revisto pela prefeitura e demais órgãos competentes, com vistas a facilitar os microempreendedores. / **Sebastião Gomes:** — Registra que esteve visitando a Viação Itapemirim, e a Dra. Andreia enviou um convite para os vereadores almoçarem um dia com ela lá. Quanto aos problemas enfrentados pela Santa Casa, alerta que também o Hospital Infantil acabou de fechar alguns leitos e que todas as instituições filantrópicas estão passando por grandes dificuldades. Comenta que esteve visitando os Municípios vizinhos e pôde constatar que eles só pensam em comprar ambulâncias e mandar seus doentes para cá. Ressalta que é preciso rever essa situação, pois eles devem ter compromisso com seus doentes. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — Saliencia que o colega tem razão naquilo que está dizendo, pois de fato vários Municípios colocam seus doentes em ambulância ou mesmo em carros de passeio, agregados à secretaria, para fazer exames e todos os procedimentos em Cachoeiro. Analisa que, assim, o ônus fica para os hospitais filantrópicos de Cachoeiro, enquanto que o bônus por ter resolvido o problema do camarada recai sobre o Município que colocou o doente no carro e o trouxe para cá. Registra que isso requer a realização de um amplo debate no Sul do Estado para que haja um consórcio intermunicipal que, através do fundo, financie todas as ações de saúde na região. Alerta que, se não for assim, entrará ano e sairá ano com o mesmo problema, sem contar que o Governo do Estado não pode se eximir de ser um dos fomentadores, com os prefeitos e os secretários municipais de saúde, da implantação desse consórcio, o qual inclusive já funciona bem no Leste de São Paulo. / **Sebastião Gomes:** — Destaca que os secretários de saúde não querem sequer ouvir falar sobre o assunto e que, para conversar com um deles e saber o que gastam com a saúde, precisou ir sem ter marcado. Menciona que não recebeu resposta e que os doentes desses Municípios continuam a ser atendidos nos hospitais daqui sem dar ajuda, exceto uma pequena da parte de Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes, por conta dos royalties do petróleo. Ressalta que é preciso responsabilizá-los para que repassem para cá um pouco de dinheiro e colaborem no atendimento, visto que o gasto da Santa Casa é enorme. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Classifica como excelente o pronunciamento do colega e lembra que, no passado, ao lado dos ex-vereadores Wilson e Juarez Tavares Mata, rodou durante duas semanas os Municípios vizinhos de Cachoeiro, buscando fechar esse consórcio da saúde para ajudar principalmente a mãe dos pobres, que é a Santa Casa. Diz que esse hospital, na hora do sufoco, é quem atende a Cachoeiro, Castelo, Jerônimo Monteiro, Iúna, Marataízes, Kennedy, Vargem Alta etc., mas os prefeitos desses Municípios ganham a eleição, compram ambulância para jogar seus pacientes na porta da Santa Casa e não querem assinar esse tipo de convênio. Adianta que é muito difícil conseguir essa ajuda, mas sugere ao colega a proposição de uma comissão de vereadores para poder percorrer novamente esses Municípios e se coloca à disposição para ajudar especialmente a Santa Casa. / **Sebastião Gomes:** — Concorda com o aparteante e comenta que a verba gasta com o Fundo Municipal de Trânsito

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18

precisa ser melhor fiscalizada, pois os pontos de ônibus do Município estão péssimos, com os banheiros do terminal rodoviário destruídos, sendo utilizados por usuários de drogas durante a noite. Diz ainda que a pessoa que limpa o local não recebe para isso. Frisa que se a verba do rotativo for para o Fundo Municipal de Saúde será excelente para Cachoeiro, porque o Fundo Municipal de Trânsito já recebe 5% de ISS e não precisa desse dinheiro. Finaliza pedindo aos colegas que fortaleçam a emenda que garante esses recursos para o Fundo Municipal de Saúde.

/ **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Inicia dizendo que havia escolhido o nome da jornalista Regina Monteiro para “Cachoeirense Presente”, inclusive diz que pediu o voto dos colegas, mas que uns já tinham outro candidato ou haviam se comprometido em apoiar a indicação de algum vereador. Frisa que, como essa deve ser uma escolha sem competição e apoiada por unanimidade, decidiu retirar a sua indicação, já agradecendo àqueles que haviam se disposto a votar com ele. Salienta que o empresário Winston Roberto também merece essa homenagem, assim como a Regina, pelos relevantes serviços prestados a Cachoeiro, estando à frente da presidência do Hospital Infantil. Registra que fez uma pesquisa sobre essas homenagens de 1990 para cá e constatou que apenas três mulheres receberam o Título de Cachoeirense Presente, pois geralmente são agraciados médicos, empresários, políticos, enfim, pessoas comuns, entre aspas, que não estão no meio social; assim, repete que está retirando a sua indicação e que espera que nos próximos anos alcance êxito ao lançar o nome da Regina. /

Aparteando Brás Zagotto: — Parabeniza o vereador pela sábia atitude de retirar a indicação e ressalta que a Regina não perde em nada para o Roberto, sendo também um bom nome. Compromete-se a, no próximo ano, apoiar o nome da jornalista Regina Monteiro para Cachoeirense Presente, inclusive diz que fará campanha para ela. /

Aparteando Elio Carlos Silva de Miranda: — Pontua que se comprometeu com o Vereador Allan a votar na Regina, embora não tenha nada contra o Sr. Roberto. Ressalta que é a Câmara quem define o nome que será honrado com o Título de Cachoeirense Presente; porém, ao longo do tempo, foi criado um comitê que escolhe quem será homenageado, não sendo o Poder Legislativo, inclusive informa que já estão querendo indicar o nome do homenageado do ano que vem. Pergunta se quem escolhe o nome é a Câmara ou esse comitê formado externamente por pessoas importantes da cidade para, depois, trazer a decisão a ser votada no Legislativo. /

Aparteando Wallace Marvila Fernandes: — Parabeniza o Vereador Allan pela nobre atitude de retirar a indicação e faz suas as palavras do colega Brás, comprometendo-se a votar na Regina Monteiro no próximo ano. /

Aparteando Delandi Pereira Macedo: — Também parabeniza o vereador e o agradece pela atitude, já que foi ele, Delandi, quem apresentou o outro nome. Salienta que pediu ao jornalista Wagner, que estava articulando o nome da Regina juntamente com o Vereador Allan, para deixar tal homenagem para o próximo ano, concedendo o Título de Cachoeirense Presente de 2017 ao Sr. Winston Roberto. Dirigindo-se ao Vereador Carlinhos, diz que não tem conhecimento de nenhum grupo de fora que faz esse lobby na Câmara, pois isso nunca foi abordado por ninguém aqui. Analisa que o Dr. Sérgio Damião foi infeliz em suas palavras ao dizer isso naquela reunião. Reforça que quem tem escolhido os nomes realmente são os vereadores, pelo menos é o acompanhamento que tem feito na Câmara. /

Aparteando Brás Zagotto: — Destaca que, antigamente, a Câmara Municipal é que indicava o Cachoeirense Presente e o Ausente. Salienta que houve uma mudança na lei e o Cachoeirense Ausente passou a ser eleito, enquanto que à Câmara restou a indicação do Presente. Diz que, se o Vereador Carlinhos tem outro nome para indicar como Cachoeirense Presente, deve haver uma votação interna, e aquele que ganhar será o homenageado. /

Allan

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19

Albert Lourenço Ferreira: — Menciona a sua preferência de que não ocorra votação, de maneira a que não haja um perdedor e um ganhador, pois entende que, como o título é nobre, o homenageado deve ser escolhido por unanimidade. Reconhece que o Sr. Winston merece a homenagem, assim como a Regina, que é uma servidora pública e representa a classe dos jornalistas. Segue agradecendo aos vereadores que assinaram o seu projeto de resolução para alterar o horário da primeira sessão do mês para às 17:00 horas e diz que conta com o apoio de todos para aprovar essa matéria. Explica que fez esse projeto, porque, quando convidava os amigos para virem às sessões acompanhar o trabalho dos vereadores, eles diziam não podiam devido ao horário de trabalho. Registra que o convênio com a Santa Casa para o atendimento diferenciado dos servidores da prefeitura, existente desde 2006, está parado, já tendo passado pela PGM e está na Sala do Servidor desde janeiro. Esclarece que o dinheiro desse convênio de prestação de serviço ajudava a Santa Casa, que cobrava um preço diferenciado para os atendimentos prestados aos servidores. Finaliza citando que, em 2016, foram realizados mil e cem atendimentos e diz que procurará informações para saber o motivo desse convênio estar parado. / **Rodrigo Sandi:** — Começa dizendo que fez indicação ao prefeito, há cerca de noventa dias, solicitando que fosse implantado em Cachoeiro o serviço de agendamento online para a retirada de Carteira de Identidade e também a mudança do local onde esse atendimento é prestado. Lamenta que até hoje não tenha obtido resposta a esse pedido. Frisa que todos os dias se depara com uma multidão que precisa tirar esse documento e lhe pergunta se esse sistema online funcionará em Cachoeiro. Pede ao Vereador Delandi, líder do Executivo, que leve ao prefeito a sugestão de que o agendamento online funcione aqui mesmo no prédio da Câmara, até que outro local seja disponibilizado para a Casa do Cidadão. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Informa que, semanalmente, faz contato com o Secretário Carlos Casteglione para falar sobre essa situação. Comenta que posto de atendimento da Polícia Civil para a retirada de Identidade será levado para o SINE, que fica na Avenida Beira Rio, tendo o secretário comunicado que o contrato de locação já foi fechado. Lembra que essa mudança não prejudica o pleito do Vereador Rodrigo quanto ao serviço de agendamento online, que pode ser feito em qualquer lugar. / **Rodrigo Sandi:** — Pede aos Vereadores Fassarella, Delandi e Renata que levem sua solicitação do agendamento online ao prefeito, pois as muitas pessoas que aguardam uma senha para a retirada de Carteira de Identidade ficam no meio da obra pela qual a Câmara está passando. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Enfatiza que o Município tem a DATACI, com capacidade de fazer um simples aplicativo para colocar esse serviço à disposição dos munícipes. / **Rodrigo Sandi:** — Cita que o Município de Vitória está lançando o agendamento online para consultas médicas e questiona por que não instalar esse serviço em Cachoeiro também para evitar que as pessoas tenham que ir para as filas de madrugada em busca de um número para atendimento. / **Aparteando Wallace Marvila Fernandes (Presidente em exercício):** — Indaga ao Vereador Rodrigo qual a resposta que o Executivo deu sobre o agendamento online para a retirada do documento de Identidade. Destaca que a Vereadora Renata informou que o ex-prefeito de Cachoeiro, atual secretário estadual, conseguiu um espaço para instalar a Casa do Cidadão. / **Rodrigo Sandi:** — Responde que o projeto do agendamento online já foi acatado pelo prefeito, notícia dada na Câmara pelo Vereador Delandi. Informa que basta o prefeito fazer uma parceria com a Polícia Civil e acabará o constrangimento de as pessoas ficarem nas filas para pegarem uma senha e retirar a Identidade. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que esse serviço não é prestado pela

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

prefeitura, e sim pelo Estado. Frisa que, quando o prefeito fala sobre a implantação do sistema online, é no sentido de dar opção do Estado fazer isso. Comenta que, se o Estado não quiser implantar esse serviço, isso não ocorrerá, já que o trabalho é prestado por órgão estadual. Lembra que os vereadores foram responsabilizados pelo problema que ocorre na Casa do Cidadão só porque o órgão fica no prédio da Câmara, e parece que isso já foi desvencilhado, mas, depois, a prefeitura é que foi responsabilizada. Explica que a prefeitura entrou com um processo de parceria com o Estado, cedendo servidores para dar maior agilidade ao serviço, e que o prefeito sugeriu implantação do agendamento online. / **Alexon Soares Cipriano:** — Concorde com o Vereador Rodrigo no que diz respeito à implantação do agendamento online para as consultas, mas diz que verificou dois problemas: a necessidade de salário digno para os profissionais da saúde e que a fila da porta do posto acabará, mas haverá outra dentro de um computador. Registra que vários profissionais do setor de saúde pediram dispensa em função dos baixos salários que o Município paga, inclusive há unidades sem médicos por conta disso. Defende que é preciso aumentar o número de consultas ofertadas para que a fila física não se torne virtual. / **Aparteando Edison Valentim Fassarella:** — Destaca que a Câmara recebeu um ofício, informando que foi criada uma comissão para fazer um estudo sobre a nova empresa de informática da prefeitura. Salienta que a Abaco é um programa comprado pelo ex-prefeito e que o contrato termina em novembro. Informa que a ideia é comprar um novo programa, porque a DATACI não consegue alimentar todo o sistema da prefeitura. Frisa que nesse programa está contemplada a consulta online para as unidades básicas de saúde. Explica que as consultas especializadas citadas pelo Vereador Alexon são marcadas pelo SISREG, órgão estadual, que faz a marcação online. Diz-se satisfeito, porque, hoje, ninguém procura mais os vereadores da cidade solicitando a marcação de consultas especializadas e alega que não sabe como é no interior, onde as coisas são mais difíceis. / **Rodrigo Sandi:** — Finaliza agradecendo os apartes dos vereadores. / Em seguida, teve início o **Horário das Lideranças.** / **Rodrigo Sandi (PODEMOS):** — Inicia explicando que o PTN, cujo número é 19, agora se chama PODEMOS. Comenta que em Madri ocorreu a eleição e a presidente eleita usou a sigla PODEMOS, que lhe deu sorte; então, o PTN abraçou esse nome. Diz que não sabe se o partido lançará candidatura à presidência do Brasil e, por fim, reforçando a nova nomenclatura do partido, cita que, juntos, PODEMOS mais por Cachoeiro. / **Renata Sabra Baião Fíório Nascimento (Secretária):** — Informa que o PT do B agora é AVANTE. / Logo após, iniciou-se a **Ordem do Dia.** / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente a retirada de pauta do Requerimento 389/2017, de sua autoria, visto que a informação já foi repassada via imprensa. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Acata o pedido. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que os requerimentos sejam apreciados em bloco. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Acata o pedido. / Na sequência, foram aprovados, em bloco, por unanimidade dos presentes, os seguintes **Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 365, 366, 367, 368, 369, 370, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 406, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414 e 415/2017 – Sílvio Coelho Neto; 371 e 402/2017 – Alexandre Valdo Maitan; 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381 e 382/2017 – Delandi Pereira Macedo; 383, 390 e 403/2017 – Paulo Sérgio de Almeida; **388/2017 – Diogo Pereira Lube** (Requer que o presidente da Câmara Municipal envie a quem de direito o seguinte pedido de informação: após denúncias e reclamações, que se esclareça a falta e a demora do abastecimento de gás de cozinha em algumas unidades de ensino do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

Município de Cachoeiro de Itapemirim); **405/2017 – Delandi Pereira Macedo, Sílvio Coelho Neto, Sebastião Gomes e Paulo Sérgio de Almeida** (Requerem cessão das dependências legislativas para o dia 22/06/2017, a partir das 15:00 horas); **416/2017 – Renata Sabra Baião Fiório Nascimento** (Requer da Secretaria Municipal de Saúde a seguinte informação referente ao receituário em controle especial de cor branca: se há o material em estoque no almoxarifado da secretaria; caso não haja, qual é a previsão de chegada); **467/2017 – Valdir Rodrigues Franco – Presidente do Conselho Municipal de Saúde** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 08/06/2017, a partir das 17:30 horas). / Continuando, passou-se à **1ª Discussão** do Projeto de Lei 27/2017 – Poder Executivo (Dispõe sobre a implantação da desconcentração administrativa da administração direta do Poder Executivo Municipal). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Analisa que esse projeto não é necessário, visto que, através de um simples decreto, o prefeito poderia fazer a desconcentração administrativa. Comenta que o secretário esteve na Câmara para explicar que falta uma parte em um artigo na Lei Orgânica e que o prefeito preferiu fazer esse projeto. Explica que uma lei ordinária vai revogar um dispositivo da Lei Orgânica, que já fala sobre a desconcentração. Afirma que deveria ser proposta a reforma da Lei Orgânica do Município, considerando que a desconcentração pode ser feita através de decreto. Segue analisando que, de acordo com a hierarquia das legislações, a Lei Orgânica do Município é totalmente infundada e inconstitucional, visto que já é prerrogativa do chefe do Executivo doar, dar, dispor do poder de concentração que lhe cabe. Indaga o que acontecerá se amanhã o prefeito não quiser mais isso. Deixa claro que a desconcentração não o exime da responsabilidade, muito pelo contrário; assim, conclui que o prefeito está apenas arrumando um parceiro para responder junto com ele. Concorda que a desconcentração seja boa para o Município, mas entende que isso teria que ocorrer por decreto, de maneira a que o prefeito pudesse revogar tão logo se sentisse incomodado. Alerta que, se o projeto for aprovado e o prefeito não quiser mais isso, ele terá que enviar outra proposta para apreciação da Câmara. Cita que é preciso avaliar também que o processo legislativo custa caro, ainda mais para fazer e desfazer algo que é de competência do próprio prefeito, do Poder Executivo. Diante disso, antecipa o seu voto, dizendo que acompanhará a decisão do presidente da Comissão de Justiça por achar que essa apreciação é totalmente desnecessária. Explica que, se o desejo é mudar a Lei Orgânica do Município, deve-se fazer um projeto de emenda à LOM, colocando lá que o prefeito pode desconcentrar o que quiser. Discorda de quererem colocar isso nas mãos dos vereadores para, depois, dizerem que a culpa é da Câmara. Repete que essa é uma responsabilidade do prefeito, e não dos vereadores, pois esses ferirão frontalmente a Constituição. Enfatiza que a Câmara Municipal não pode ser marionete da constitucionalidade de alguma coisa e salienta que, se o prefeito acha que, para desconcentrar, o erro está na Lei Orgânica do Município, ele que a reforme. Segue destacando que uma boa lei é feita para a eternidade, e não só para um mandato; portanto, conclui que não se pode brincar com isso. Cita como exemplo que os dez mandamentos da Lei de Deus ninguém muda nem emenda; assim, entende que uma lei a qual se faz, desfaz e que será revogada na próxima legislatura não pode ser considerada boa. / Dando continuidade à 1ª Discussão, foi lido pela secretária o **Projeto de Resolução 07/2017 – Allan Albert Lourenço Ferreira** (Acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 64 no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim). / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Informa que o jurídico da Casa fez algumas reflexões de natureza prática, entendendo pela inconstitucionalidade formal da proposta, consubstanciada

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

em contrariedade aos dispositivos da Constituição que falam sobre a remuneração dos vereadores e dos servidores, considerando que será preciso estender o horário de trabalho na Câmara. Acrescenta que teria que ser prevista a hora noturna, o que aumentaria a despesa da Casa, sendo inclusive necessário analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal, motivo pelo qual a procuradoria opinou pelo envio da matéria à Comissão de Constituição e Justiça. Segue acrescentando que também haverá, nesse caso, a impossibilidade de cobertura da sessão pela imprensa, já que o contrato diz que a sessão ocorre das 14:00 às 19:00 horas. Já quanto ao parecer da Comissão de Constituição, ressalta que os três componentes da mesma votaram pelo encaminhamento regular da matéria, alegando que a presente medida, se mostrando impraticável, poderá ser revista a qualquer tempo pelos vereadores, mediante projeto de resolução. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Argumenta que a sessão das 17:00 às 20:00 horas uma vez por mês não vai alterar os trabalhos e a rotina do Legislativo, até porque essas reuniões geralmente já terminam nesse horário. Esclarece que as horas trabalhadas a mais pelos poucos servidores que participam da sessão podem ser compensadas. Assim, pede aos colegas vereadores que ouçam a voz do povo e ressalta que, se essa lei não conseguir trazer as pessoas para o plenário, poderá ser revogada, sendo apenas uma experiência, a qual acredita que será positiva, visto que é cobrado pela população sobre o horário das sessões da Câmara. / **Brás Zagotto:** — Fala de sua vontade de ver a Câmara ter três, quatro sessões por semana e registra que votará a favor do projeto até por ter assinado a matéria junto com o Vereador Allan. Segue destacando que a Câmara está licitando o sistema de transmissão das sessões via rádio, onde consta que elas ocorrem das 14:00 às 19:00 horas. Repete que votará a favor do projeto, mas avalia que na primeira sessão de cada mês a Câmara perderá três horas de transmissão da rádio, tempo esse muito importante, visto que, assim, a população pode acompanhar os trabalhos dos vereadores de onde estiver. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Diz que é preciso analisar como será inserido um roteiro a ser seguido, com a leitura do Expediente da Mesa, o Pequeno e o Grande Expedientes, entre outras coisas, em apenas três horas de sessão, visto que hoje ela ocorre das 14:00 às 20:00 horas, embora saiba que o horário possa ser prorrogado. Pontua que, se o projeto for aprovado, terá que ser feito um estudo para ver qual vereador ficará sem se pronunciar e qual parte da sessão será suprimida do roteiro. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Ressalta que é só adequar as sessões e dinamizar os trabalhos. / **Brás Zagotto:** — Informa que fará um projeto de resolução estabelecendo que as indicações apresentadas pelos vereadores entrem direto no portal da transparência, o que fará com que a secretária não precise ficar lendo todas elas, serviço esse que consome uma, duas horas da sessão. / **Dario Silveira Filho:** — Diz-se favorável à sessão começar às 17:00 horas, porque ouve de muitas pessoas que o prefeito colocou o horário de funcionamento da prefeitura das 12:00 às 18:00 horas justamente para que os servidores não pudessem acompanhar os trabalhos da Câmara. Cita que também ouviu alguns servidores dizerem que ele, Dario, votou a favor do aumento e da ajuda de custo para os secretários, mas se defende afirmando que votou no pedido de regime de urgência. Pontua que, com esse novo horário da sessão, dará tempo de os servidores públicos virem à Câmara acompanhar a votação dos projetos, vendo quem são os vereadores a favor ou contra os interesses deles, além de ser bom também para o prefeito. Salieta que não acredita que o prefeito tenha colocado esse horário na prefeitura para evitar que os servidores viessem à Câmara acompanhar as votações, até porque confia no chefe do Poder Executivo e sabe do caráter dele. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Solicita que o projeto que reestrutura o serviço

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

de estacionamento rotativo entre na pauta, visto tratar-se de matéria importante para o Município. Ressalta que tal projeto está com todos os pareceres e com as emendas apresentadas e lembra que na sessão anterior havia sido dito que essa matéria entraria em votação hoje; porém, o mesmo não foi incluído na pauta. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Diz que colocará esse pedido para o plenário decidir. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Registra que o artigo 122 do Regimento Interno diz que, após aprovado o pedido de regime de urgência, a Câmara deverá apreciar a proposição no prazo máximo de quarenta e cinco dias, tempo esse que já se expirou, visto que o projeto foi apresentado no dia 11/04. Frisa que, se não votar dentro desse prazo estabelecido, será esta incluída na ordem do dia sobrestando as deliberações sobre os demais projetos, exceto os vetos, até que se ultime a votação. Diante disso, ressalta que, mesmo que o presidente não queira ou que o plenário não aprove, o Regimento Interno prevê que esse projeto deve entrar em votação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Registra que esse projeto foi lido na Câmara no dia 11/04, sendo votado o regime de urgência. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Dirigindo-se ao presidente, lembra que fez um pedido de inclusão na pauta e, independente de estar ou não dentro do prazo, gostaria que a sua solicitação fosse acatada ou até que o plenário fosse consultado. Cita que essa discussão deveria ser feita somente se o plenário não aprovasse o pedido de inclusão. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem:** — Concorda com a fala do Vereador Delandi. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Informa que o plenário é quem vai decidir se inclui ou não o projeto na pauta do dia. / Logo após, foi colocado **em discussão o pedido do Vereador Delandi Pereira Macedo** para incluir o projeto do rotativo na pauta do dia. / **Brás Zagotto:** — Fala da falta que o sistema do rotativo está fazendo em Cachoeiro de Itapemirim, serviço esse que parou de funcionar no Município no dia 23/04/2016. Menciona que o Hospital Infantil recebia mensalmente cerca de 80 mil reais, o que significa dizer que aquela entidade já perdeu mais de 1 milhão de reais de receita nesse tempo, e acrescenta ainda que sessenta e cinco pessoas perderam seus empregos. Diante disso, diz que votará a favor dessa inclusão e também do projeto com as emendas. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Lembra que o debate é referente à inclusão do projeto na pauta de hoje. / **Higner Mansur:** — Pontua que, se faltasse apenas um voto para a aprovação, ele votaria a favor devido às razões levantadas pelo Vereador Brás, mas avisa que isso é uma nova desmoralização para a Câmara. Recorda-se do projeto referente ao ônibus, cuja votação fez com que os vereadores passassem vergonha, já que muitos jovens e crianças ficaram sem o benefício. Deixa claro que não quer mais passar vergonha e que é preciso acabar com esse tipo de coisa na Câmara, visto que tal atitude desmoraliza a cada dia mais o Legislativo. Analisa que, com esse negócio de abrir mão aqui e ali, um dia cairá uma bomba, porque todo mundo se calou. Por fim, diz que, se tiver que votar “sim”, o fará, mas envergonhado. / Posto em votação **o pedido do Vereador Delandi Pereira Macedo para inclusão do Projeto de Lei 30/2017 na pauta do dia foi aprovado** por quinze votos contra três do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Alexon Soares Cipriano, Allan Albert Lourenço Ferreira, Brás Zagotto, Dario Silveira Filho, Delandi Pereira Macedo, Edison Valentim Fassarella, Elio Carlos Silva de Miranda, Ely Escarpini, Paulo Sérgio de Almeida, Rodrigo Sandi, Sebastião Gomes, Sílvio Coelho Neto e Wallace Marvila Fernandes. **Votaram contra:** Diogo Pereira Lube, Higner Mansur e Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 30/2017 – Poder Executivo**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24

(Reestrutura o serviço de estacionamento rotativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim ES). / **Delandi Pereira Macedo:** — Considerando que o projeto tem pelo menos dezoito emendas, solicita que a votação ocorra em separado. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / **Sebastião Gomes, levantando questão de ordem:** — Pede a retirada das Emendas 02 e 05, de sua autoria. / **Brás Zagotto:** — Informa que, ao analisarem as emendas na comissão, perceberam que há umas confrontando com outras; então, solicita a retirada delas. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Registra que ela e o Vereador Diogo estão tratando essa questão com muita seriedade e, tendo apresentado algumas emendas, durante o processo, com o apoio da procuradoria, acabaram chegando a um entendimento. Esclarece que através da Emenda Aditiva 01 pretendiam que a Casa aprovasse o termo de referência, mas, concluindo tratar-se de algo inconstitucional por ser essa iniciativa eminentemente do Poder Executivo, resolveram retirá-la. Frisa que, com isso, ficou prejudicada a audiência pública pretendida também pela citada emenda, o que, contudo, pode ser pleiteado em outra oportunidade. Segue discorrendo sobre a Emenda Aditiva 02, destacando que o objetivo ao apresentá-la foi garantir que a Agersa fosse a fiscalizadora do serviço. Explica que, embora seja necessário haver um órgão para fazer a fiscalização e a ordenação desse serviço, a proposta da emenda requeria uma reformulação na estrutura dessa agência, com criação de despesa, o que a torna inconstitucional. Dessa forma, para que não houvesse o veto, o qual seria encaminhado à Câmara e causaria mais demora, informa que resolveram também retirar essa emenda. Diz que resolveram agir assim, mas está decidida a fiscalizar esse processo e até acredita que eles vão preferir a fiscalização por parte da Agersa. Menciona que retiraram a Emenda Modificativa 04 porque a mesma era coincidente com outra proposta pelo Vereador Sebastião referente à destinação dos recursos, sendo optado por deixar a desse companheiro. Aponta que, como faziam referência a essas que retirou, também as Emendas Modificativas de número 04, 06 e 07 foram retiradas. Segue esclarecendo que a Emenda Modificativa 08 foi retirada por coincidir com a que foi proposta ao artigo 3º pelo parecer da Comissão de Constituição, a qual deve prevalecer. Em relação à Emenda Modificativa 02, diz que, enquanto autores, optaram por retirá-la para que não houvesse nenhum tipo de vício. Conclui que, se o processo demorar, não será mais por culpa dos vereadores. / **Diogo Pereira Lube:** — Discorre sobre a Emenda Modificativa 02, esclarecendo que a mesma se refere aos valores a serem destinados à cobrança quanto às motocicletas. Cita que houve todo um estudo técnico para determinar o valor específico de 25% para tal cobrança, tomando-se por base o projeto de Blumenau, uma cidade com trezentos e nove mil habitantes. Frisa que um estudo técnico baseado na logística e na matemática deveria estabelecer em Cachoeiro, quanto às motos, esse valor de 25%. Segue analisando que, havendo um estudo técnico por parte da prefeitura para estabelecer esse percentual, o mesmo deverá ser apreciado em edital. Argumenta que, como o papel do vereador é exatamente fiscalizar o valor a ser apreciado no edital para as devidas conferências, se enquanto vereadores estipulassem qual deve ser o percentual, poderiam gerar um vício de iniciativa, visto tratar-se de competência do Poder Executivo. Finalizando enfatiza que essa foi a justificativa para a retirada da emenda, entretanto, sem se esquecer da ideia de que seja feito um estudo técnico para aferir os valores definidos pelo Executivo para a sociedade, via fiscalização da Câmara. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece aos colegas Rodrigo, Renata, Diogo e Sebastião quanto ao entendimento referente às emendas, inclusive algumas conflitantes com outras. Frisa que esse consenso foi importante para que o projeto possa

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

prosperar. Registra que sete emendas prosseguirão. Ao agradecer a retirada das emendas, esclarece que não foi devido à importância das mesmas, e sim para adequar a matéria e evitar inconstitucionalidade. Contabiliza que prosperarão três emendas propostas pela Vereadora Renata e quatro de iniciativas do Vereador Sebastião, sendo importante, no seu entendimento, a que destina os recursos do estacionamento rotativo para o Fundo Municipal de Saúde em vez do de Trânsito, conforme consta do projeto original. Finaliza, como líder do Poder Executivo, registrando que é esse o seu encaminhamento para a votação da matéria. / **Rodrigo Sandi**: — Informa à Mesa a retirada das Emendas 28 e 29, esclarecendo que uma igualava a passagem de Cachoeiro aos Distritos de Burarama e São Vicente ao valor da urbana, que é 3 reais, e a outra estabelecia a obrigatoriedade de, além de passar pelo conselho, ser apresentada a prestação de contas do rotativo aos vereadores. Frisa que, para não atrapalhar o projeto nem a emenda de iniciativa do Vereador Sebastião, optou por retirar suas proposições para reapresentá-las em um momento propício. / **Elio Carlos Silva de Miranda**: — Enfatiza como é importante se ter um tempo hábil para discutir os projetos com responsabilidade, de maneira a encontrarem os possíveis erros e fazer as adequações necessárias, com vistas a chegar ao final com a proposta bem debatida e que poderá servir à população com qualidade. Enaltece o momento de debate, de discussão e de propositura das emendas, as quais considerou muito importantes. Cita que algumas das emendas convergiram para permitir que saísse desta Casa uma conta bem equacionada, de forma a apresentarem ao prefeito uma lei bem melhor do que o texto encaminhado à Câmara. Finaliza desejando que o Poder Executivo acolha as emendas propostas pela Casa. / **Alexandre Bastos Rodrigues (Presidente)**: — Informa que será votado primeiramente o projeto e, depois, as emendas individuais. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária)**: — Diz que o projeto é *ipsis litteris* ao que foi apresentado antes, com os mesmos erros de português e as mesmas incongruências e inconseqüências. Conclui, então, que pegaram o texto, recortaram, copiaram e colaram, estando a Câmara, através das emendas apresentadas, pretendendo fazer com que a proposta seja viável, para pelo menos haver uma luz. Alega que é uma inovação que não inova, mesmo sendo o serviço necessário e justo, já que considera extremamente contraproducente uma cidade do porte de Cachoeiro não ter um sistema de estacionamento rotativo, com parqueamento e receita para o Município. Finaliza lamentando a ausência de zelo e cuidado com a elaboração de uma legislação desse porte, repetindo que o processo se ateve ao serviço de copiar e colar. / **Brás Zagotto**: — Diz que é a segunda vez que vota esse projeto na Casa, pois, na legislatura anterior, a matéria passou por aqui e recebeu sete ou oito emendas. Salienta que o Ministério Público notificou o prefeito para que vetasse as emendas e mantivesse a íntegra do projeto. Confirma as palavras da Vereadora Renata quanto ao projeto apreciado hoje ser o mesmo antes aprovado na Casa e que se tornou inconstitucional por conta de uma emenda de iniciativa do Vereador Delandi, cujo veto foi derrubado. Cita que a referida emenda dava gratuidade no estacionamento para os deficientes físicos e que o veto se deu por conta de tal benefício já constar da Constituição. Afirmo que a proposta ora apresentada é de conhecimento dos vereadores que a analisaram, inclusive estudando as emendas junto às comissões, acertando-a para que também não se torne inconstitucional. Destaca que seu voto será a favor, porque o comércio e o povo estão clamando por isso, visto que não se encontra vaga de estacionamento, havendo essa dificuldade também para os vereadores estacionarem quando vêm à Câmara. Finaliza dizendo que, cobrando um preço acessível, será muito melhor para todo mundo ter no Município esse sistema do rotativo, sem contar que favorecerá a saúde, visto que o líder

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

26

encaminhou a votação para aprovar a destinação dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde. / A seguir, o **Projeto de Lei 30/2017**, acima descrito, foi aprovado por unanimidade dos presentes. / Dando continuidade, foi colocada em discussão a **Emenda 01**, Modificativa ao artigo 15, aposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Explica que, em vez de revogar a Lei 6.032 na integralidade, o Poder Executivo deveria revogar apenas o item que destinava a arrecadação do rotativo em favor do Infantil, e não a administração do citado hospital. / **Delandi Pereira Macedo**: — Confirma que houve a falha citada pela Vereadora Renata, visto que, do jeito que estava, todo o patrimônio do Hospital Infantil retornaria para a prefeitura. Frisa que com a emenda isso é corrigido, o hospital continua como está, sendo retirado apenas o trabalho que fazia antes quanto ao estacionamento rotativo. Finaliza pedindo aos colegas a aprovação da emenda. / Posta em votação, a **Emenda 01**, acima descrita, foi aprovada por unanimidade dos presentes. / Logo após, foi colocada em discussão a **Emenda 12**, Modificativa ao artigo 4º, aposta pelo Vereador Sebastião Gomes. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Esclarece que essa emenda foi feita para permitir que carros dos entes públicos em serviço, precisamente para fazer carga e descarga em frente a escolas e de outras instituições, terão a isenção. Diz que esses serão critérios e isenções estabelecidos quando for o caso. Frisa que isso é interessante e aponta que o colega laborou nesse sentido com esmero. / **Delandi Pereira Macedo**: — Parabeniza o Vereador Sebastião, enfatizando que a sua emenda trata dos casos excepcionais em que a administração pública poderá dar a gratuidade, como nesse ponto dos carros. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Repete que é interessante a proposta, porque aquilo que a lei não permite não pode ser concedido, ou seja, o direito pode ser dado somente se a lei dispuser sobre ele. / **Brás Zagotto**: — Deixa claro que isso não se refere a vereadores. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Confirma que não é referente aos vereadores e que eles terão que pagar estacionamento sim. / Posta em votação, a **Emenda 12**, acima descrita, foi aprovada por unanimidade dos presentes. / Na sequência, foi colocada em discussão a **Emenda 14**, Modificativa ao artigo 12, aposta pelo Vereador Sebastião Gomes. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Frisa que essa é uma das emendas que também havia proposto ao lado do Vereador Diogo e que decidiram retirar para que prevalecesse a proposta do colega Sebastião Gomes. Explica que, ao sentarem para debater esse ponto, identificaram que o sistema de transporte coletivo é um conceito muito vago e amplo, e não algo fechado, apontando, por exemplo, onde se aplica o recurso e em que conta. Ressalta que o sistema de transporte coletivo público já foi concedido e, dessa forma, determinar que esses recursos sejam destinados para ele seria fomentar a iniciativa privada. Conclui que, então, chegaram ao entendimento de que esses recursos deveriam ser encaminhados para o Fundo Municipal de Saúde, já que não podem ser direcionados a um nem a outro hospital, ficando o prefeito, caso analise de outra forma, com a opção de apresentar o que melhor entender. / **Brás Zagotto**: — Solicita que a Vereadora Renata explique como era isso antes. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Registra que a redação era a seguinte: “Os recursos provenientes da exploração do sistema de estacionamento rotativo do que trata essa lei serão utilizados em prol do sistema municipal de transporte coletivo, excetuados aqueles necessários para manutenção do sistema de estacionamento rotativo”. / **Delandi Pereira Macedo**: — Lembra que, de acordo com o explicado pela vereadora, o projeto original previa que os recursos fossem encaminhados para o Fundo de Trânsito. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento**: — Corrige o vereador, destacando que os recursos seriam destinados para

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

27

o transporte público, que não é trânsito. / **Delandi Pereira Macedo:** — Argumenta que está apenas tentando resumir. / **Aparteando Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Pede que o vereador não leve os colegas ao erro, porque trânsito é diferente de transporte na lei. / **Delandi Pereira Macedo:** — Esclarece que o interesse do governo seria que o recurso fosse encaminhado conforme destinação original ou para o tesouro municipal; contudo, atendendo ao pedido dos colegas que fizeram a emenda, conseguiu convencê-lo de que a proposta apresentada seria viável, já que atenderia a necessidade do precário setor de saúde no Município. / **Higner Mansur:** — Registra que acompanhará a emenda por entender que esses recursos precisam ir para a saúde mesmo, considerando que o maior problema que lota os hospitais são os acidentes. Conclui que, como isso tem relação com o trânsito, não tem dúvida nenhuma, já que duvida apenas quando se está mandando dinheiro para fundos que não sabe como são. Finaliza dizendo que vota, com o maior prazer, com o Vereador Sebastião. / Posta em votação, a **Emenda 14**, acima descrita, **foi aprovada** por unanimidade dos presentes. / Na sequência, foi colocada **em discussão a Emenda 15**, Modificativa ao parágrafo 2º do artigo 12, aposta pelo Vereador Sebastião Gomes. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Esclarece que a emenda é mais para ajustar essa nova destinação dada aos recursos. / **Higner Mansur:** — Indaga se o artigo está se referindo à fiscalização do trânsito ou ao resultado, à destinação. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento:** — Responde que à destinação. / **Delandi Pereira Macedo:** — Faz o encaminhamento da votação, solicitando aos vereadores que votem a favor da emenda. / **Elio Carlos Silva de Miranda:** — Ressalta que os recursos irão para o Fundo Municipal de Saúde, mas é o Conselho Municipal de Saúde que avalia os projetos encaminhados por cada entidade de saúde de Cachoeiro e que delibera sobre a destinação dos recursos. / Posta em votação, a **Emenda 15**, acima descrita, **foi aprovada** por unanimidade dos presentes. / Prosseguindo, foi colocada **em discussão a Emenda 17**, Modificativa ao parágrafo 3º do artigo 12, aposta pelo Vereador Sebastião Gomes. / **Delandi Pereira Macedo:** — Procede o encaminhamento da votação, pedindo aos edis que votem a favor da emenda. / Posta em votação, a **Emenda 17 foi aprovada** por unanimidade dos presentes. / Na sequência, **foi aprovada**, por unanimidade dos presentes, a **Emenda 18**, Modificativa ao artigo 2º, aposta pela Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / Logo após, foi colocada **em discussão a Emenda 20**, Modificativa ao parágrafo 4º do artigo 4º, aposta pela Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza a Vereadora Renata pela proposição dessa importante emenda. Afirma que tudo deve ser feito com base em estudo técnico e o acompanhamento por parte dos conselhos citados na emenda é importante, já que eles cuidam da mobilidade urbana. Encaminha a votação, solicitando aos vereadores que votem a favor da emenda. / Posta em votação, a **Emenda 20 foi aprovada** por unanimidade dos presentes. / Seguindo, **foi aprovada**, por unanimidade dos presentes, a **Emenda 22**, Modificativa ao parágrafo 1º do artigo 12, aposta pela Vereadora Renata Sabra Baião Fiório Nascimento. / **Segue justificativa de voto.** / **Sebastião Gomes:** — Agradece aos vereadores pela aprovação do projeto do rotativo e emendas. Registra que será um dos maiores fiscalizadores dos recursos que irão para o Fundo Municipal de Saúde. / **Renata Sabra Baião Fiório Nascimento (Secretária):** — Procede a leitura do edital de convocação dos vereadores para a sessão extraordinária, no dia 01/06/2017, quinta-feira, às 14:00 horas, no Plenário Elias Moysés, na sede da Câmara Municipal, ocasião em que serão ouvidos a Superintendente de Educação, Sra. Celeida Chamon de Medeiros, que fará a apresentação do Projeto Escola Viva, e o Secretário Municipal de Meio Ambiente e de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

